

**Modalidade do trabalho:** Relatório Técnico-científico

## **IMPERIALISMO NO BRASIL: HISTÓRIA E CONSEQUÊNCIAS<sup>1</sup>**

**Ricardo Ramos Da Rosa<sup>2</sup>, Camila Pereira Burchard<sup>3</sup>.**

<sup>1</sup> Relatório seminário integrado

<sup>2</sup> aluno

<sup>3</sup> Professor responsável pelo projeto.

O presente projeto de pesquisa tem como tema analisar o período monárquico do Brasil, assim como suas vantagens e desvantagens no seu devido contexto histórico. Com essa análise, visa também recolher dados sobre a história e os membros remanescentes da família imperial brasileira e entender sua importância na causa monárquica.

O projeto conta também com análises sobre o sistema governamental da monarquia e comparações com o governo do Brasil atual. Seria a monarquia viável no Brasil contemporâneo? Quais foram as consequências que esse período teve na história da nação brasileira? Essas e outras questões serão analisadas e respondidas no decorrer do projeto.

O projeto foi realizado, principalmente, por meio de pesquisa bibliográfica realizada na internet, com artigos relacionados ao tema, assim como também entrevistas com profissionais no assunto; Além de livros, revistas e documentos.

Depois de coletar os dados, analisar os mesmos e refletir sobre o tema, a conclusão é de que o tema Imperialismo tem um valor histórico imenso, que muitas vezes não é valorizado. A importância histórica da família Bragança é pouco reconhecida, e a maioria dos brasileiros é ignorante sobre o assunto e até sobre a própria existência da família.

O período monárquico do Brasil foi o primeiro sistema político do país, e foi dele que se formaram todos os demais partidos e mudanças políticas que viriam a seguir. A comparação monarquia e república não é uma tarefa fácil de realizar, pois deve ser feita não deixando de lado o contexto e a época histórica do determinado período. A economia e qualidade de vida foram sim, excelentes no período monárquico, e se deterioraram com a proclamação da república. Porém, o povo ganhou mais voz e pode finalmente opinar sobre como o seu país devia ser administrado.

### **HISTÓRIA DO IMPERIALISMO NO BRASIL**

É conhecido como período imperial do Brasil o período entre os anos de 1822 (quando foi declarado a independência do Brasil) e o ano 1889 (quando República no Brasil). Esse arco temporal é convencionalmente dividido em três períodos: Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado, que serão explicados mais adiante no projeto.

O Imperialismo foi o primeiro sistema político usado no país recém independente. 6.1.1. PRIMEIRO REINADO

Ele se deu no Brasil após os avanços das tropas napoleônicas sob a península Ibérica, a família imperial portuguesa teve de se refugiar no Brasil, na época ainda colônia de Portugal. Foi nesse momento que o Brasil deixou a posição de colônia e foi alçado a condição de Reino de Portugal e Algarves, em 1808. Essa mudança causou alvoroço na política brasileira, existiam divergências entre os portugueses da corte e os brasileiros (divididos entre liberais e conservadores).

Essa situação foi resolvida com a articulação e instituição do Império. Entre os anos de 1820 e 1822 a organização do império foi tramada.

Em 1822 Dom Pedro, filho de Dom João IV (Imperador de Portugal), optou por permanecer no Brasil por pressão do pai, e se tornou o primeiro Imperador do Brasil, sob o título de Dom Pedro I.

**Modalidade do trabalho:** Relatório Técnico-científico

Nos dois anos que se seguiram, a constituição brasileira foi sendo elaborada por Dom Pedro I juntamente com a Assembléia Geral e Constituinte do Brasil, porém houveram conflitos entre os interesses do Imperador com a Assembléia, a qual acabou sendo dissolvida e substituída pelo Conselho de Estado, em 1823.

Em 1824, Dom Pedro I impôs a população a primeira constituição brasileira, cuja principal característica era um quarto poder, chamado Poder Moderador, que concedia ao imperador poder absoluto sobre os outros poderes. Isso gerou um certo descontentamento entre o povo brasileiro, resultando mais tarde na forma de revoltas e guerras civis.

#### PÉRIODO REGENCIAL

A situação se agravava cada vez mais para o lado de Dom Pedro I, ele tinha se tornado um Ditador, e o descontentamento do povo só aumentava. Em 1825 ocorreu a Guerra da Cisplatina, onde Uruguai lutou pela sua independência, antes conhecido como um estado brasileiro. Uruguai venceu a guerra, e as baixas pesavam no sentimsilento nacionalista do povo brasileiro.

Temendo que acontecessem revoltas, Dom Pedro I abdicou o trono em 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, que tinha apenas 5 anos na época e não podia governar segundo a Contituição de 1824. Nesse período o Império do Brasil foi governado por regentes.

Esse período foi muito turbulento, pois aconteceram diversas revoltas como a Revolução Farroupilha no sul do país, e a Cabanagem na Bahia. Ao longo do período regencial existia uma forte disputa entre os liberais e os conservadores, em meio disso, os liberais atingiram a sua primeira vitória, o Ato Adicional de 1834, que instituiu mais liberdade para os estados, descentralizando o poder.

Com as revoltas, o país entrou em um período de crise, e foi nessa crise que o partido liberal causou o Golpe da Maioridade, colocando Dom Pedro de Alcântara, com apenas 14 anos de idade, no trono do Império do Brasil. O objetivo dos liberais era se aproveitar da inexperiência do Imperador para tomar cargos importantes e ir tomando conta do Conselho de Estado aos poucos. Em 1839, contrariando a constituição, Dom Pedro de Alcântara, sob o título de Dom Pedro II, se tornou Imperador do Brasil, dando começo ao Segundo Reinado.

#### SEGUNDO REINADO

O período mais longo e mais próspero do Império do Brasil, também considerado por alguns historiadores como o período mais próspero da história do Brasil. Durante esse período o Brasil passou por grandes transformações econômicas e culturais. Revoltas também ocorreram nesse período, mas foram repelidas com grande habilidade diplomática por Dom Pedro II. Também é nesse período que é instituído o Parlamentarismo no Brasil, e o partido liberal começa a ter uma influência maior na política.

Porém, for por meados do ano de 1850 que começaram os movimentos abolicionistas, com a ideia unânime pelos pensadores de todo mundo de que todo mundo tem o direito natural da liberdade. Com isso, a leis abolicionistas foram gradativamente dando essa liberdade aos escravos negros, o que gerou grande insatisfação por parte dos fazendeiros de café e algodão.

Essa insatisfação chegou ao ápice com a assinatura da Lei Áurea (lei que dava a alforria a todos os escravos), pela princesa Isabel, filha de Dom Pedro II. A assinatura dessa lei, juntamente com a força que tomavam os movimentos republicanos, causaram grande pressão política, causando o exílio de Dom Pedro II e a proclamação da República, ao fim do Segundo Reinado, em 1889

#### CARACTERÍSTICAS DA MONARQUIA NO SÉCULO XIX

Durante o Imperialismo no Brasil existiram diversos tipos de monarquia. No período do Primeiro Reinado, Dom Pedro I na teoria tinha o Poder Moderador, com o objetivo de moderar os outros poderes (executivo, legislativo e jurídico), porém na prática, o Imperador tinha poder absoluto, poder que foi usado pra dissolver a Assembléia quando esta tentou ir contra sua vontade. Portanto, a monarquia do Primeiro Reinado pode ser considerada uma Monarquia Absolutista.

**Modalidade do trabalho:** Relatório Técnico-científico

Já no Período Regencial e no começo do Segundo Reinado, o imperador (ou regente) exercia apenas o poder executivo paralelo aos poderes legislativo e jurídico, e pode ser considerado uma Monarquia Constitucional.

Nos anos finais do Segundo Reinado, foi instituído um Parlamento, que limitava os poderes do Imperador, que funcionava mais como um representante da nação e não atuava ativamente em nenhum dos poderes. Era uma Monarquia Parlamentarista.

Entre as principais características da monarquia estão:

-Vitaliciedade: O monarca tem o poder de governar enquanto viver, ou enquanto tiver condições de governar, permitindo a realização de projetos de longo prazo.

-Hereditariedade: Quando um monarca morre ou deixa de governar por qualquer outro motivo, um herdeiro da coroa o sucede imediatamente.

-Irresponsabilidade: O monarca não tem responsabilidade política e não deve explicações ao povo ou a qualquer outro órgão.

Analisando essas características, podemos concluir vários pontos positivos e negativos sobre o sistema monárquico de governo. No sistema da monarquia, o monarca governa de forma vitalícia e hereditária, isso o torna um ponto fixo e físico do Estado, que está acima das disputas políticas, logo, o monarca não tem afiliação a facções partidos. Esse monarca recebe desde o nascimento educação para governar o país, o império, e isso elimina o risco de subirem ao poder governantes incapazes ou despreparados. Sendo o monarca neutro e de nenhuma afiliação partidária, ele é um fato comum entre todos, o que garante a estabilidade das instituições governamentais.

Todavia, nem todas as características da monarquia são pontos positivos, e algumas delas constituem falhas que podem ser vitais nesse sistema de governo. Por exemplo, se por algum motivo o monarca decide não governar, ele torna-se uma inutilidade, um fardo para o povo. Além da ideia da monarquia ser essencialmente antidemocrática, sendo que a população não escolhe o seu governante, desaparecendo assim a supremacia da vontade popular, que é o conceito basilar do sistema de governo atual do Brasil, o sistema presidencialista.

#### A IMPLANTAÇÃO DA MONARQUIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI

O sistema monárquico tem uma organização muito diferente do sistema do Brasil atual, isso e muitas a vezes a falta de conhecimento sobre esse período são fatores que influenciam no número relativamente pequeno de apoiadores da monarquia nos dias atuais.

Há atualmente no mundo todo, apenas cerca de 20 Estados que possuem o governo monárquico, como exemplo: Inglaterra, Noruega, Dinamarca, entre outros. No plebiscito de 1993 a monarquia recebeu, aproximadamente, sete milhões de votos (13% dos votos válidos} e, nesta época uma pesquisa do Data Folha mostrava que 21% da população era monarquista ou simpatizante. Ao que indicam os dados, a reimplantação da monarquia é no mínimo improvável. Mas e se a monarquia fosse restituída, quem seria o governante?

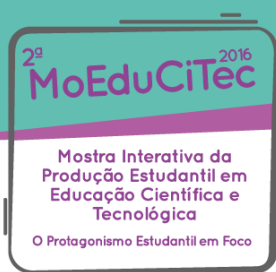
#### 9.A CASA DE BRAGANÇA

O atual chefe da família imperial brasileira é Dom Luís Gastão de Orleans e Bragança primogênito e herdeiro dinástico do falecido Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança, neto de Dom Luiz de Orleans e Bragança, bisneto da Princesa Isabel, a Redentora, e trisneto do Imperador Dom Pedro II.

A família imperial possui um domínio na internet onde encontram-se informações tanto sobre a história brasileira quanto sobre a história da família de Bragança. Entre os demais membros da família Bragança estão:

Sua Alteza Imperial e Real, D. Bertrand, príncipe imperial do Brasil e príncipe de Orléans e Bragança

O poder no Brasil foi descentralizando-se cada vez mais no decorrer dos anos, de um Imperador e um pequeno grupo de ministros, a um presidente e diversos senadores e deputados. O poder passou



**Modalidade do trabalho:** Relatório Técnico-científico

de ser de poucos, para ser de muitos. Essa descentralização deixou o governo mais próximo da população, mas com essa descentralização também pode ter ocorrido o desmantelamento da união da pátria? E se a resposta dessa pergunta fosse positiva, não seria então a república ainda mais egoísta do que a monarquia, quando, ao preço da união de uma nação, o republicano faz as mudanças em prol da maioria? A essas perguntas podemos apenas refletir, mas, como disse uma vez Rui Barbosa: “O mal irremediável da República é deixar exposto às ambições menos dignas o primeiro lugar do Estado.”